



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à Aquisição de produtos químicos específicos para utilização na lavanderia hospitalar do Hospital Municipal, condicionada ao fornecimento em regime de comodato de sistema automatizado de dosagem compreendendo instalação, suporte técnico, capacitação e orientação aos servidores municipais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Aquisição de produtos químicos específicos para utilização na lavanderia hospitalar do Hospital Municipal, condicionada ao fornecimento em regime de comodato de sistema automatizado de dosagem compreendendo instalação, suporte técnico, capacitação e orientação aos servidores municipais.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	-------	--------	-------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

01	Detergente líquido lava-roupas, alcalino, para uso por doseamento automático. Promove a remoção de sujeira leve a pesada em roupas e tecidos. A presença de sequestrantes e dispersantes evita a aparição de incrustações nos tecidos e nas lavadoras. COMPOSIÇÃO: Hidróxido de Sódio, Coadjuvante, Dispersante, Sequestrante, Branqueador óptico, Conservante, Corante e Água. ASPECTOS FÍSICOS-QUÍMICOS: Aspecto: Líquido; Cor: Azulada; Densidade: 1,15 g/mL; pH (puro, 25°C): 12,50 – 13,00; Odor: Característico. Dosagens: de 2 a 10 mL por quilo de roupa seca. Validade mínima de 18 meses. Registro na Anvisa. Embalagem – BB plástica com 20 lt.	Unid.	10	R\$ 492,96	R\$ 4.929,60
02	Detergente alcalino estruturado para lavagem de roupas com sujidades de leve a super-pesada. Apresenta alto poder de remoção de manchas. Indicado para lavanderias hospitalares, comerciais, hoteleiras e industriais. COMPOSIÇÃO: Tensoativo Aniônico, Tensoativo não-iônico, Emulsionante, Dispersante, Alcalinizante, Sequestrante, Branqueador Óptico, Conservante e Água. ASPECTOS FÍSICOS-QUÍMICOS: Aspecto: Líquido; Cor: Levemente amarelado, translúcido; Densidade: 1,18 g/cm³; pH (sol. 1%, 25°C): 11,00 – 11,50; Odor: Neutro. Dosagens: Sujidade Leve: 2 a 3 gramas do produto por quilo de roupa seca; Sujidade Super-Pesada: 5 a 8 gramas por quilo de roupa seca. Validade mínima de 18 meses. Registro na Anvisa. Embalagem – BB plástica com 20 lt.	Unid.	10	R\$ 580,06	R\$ 5.800,60
03	Alvejante de roupas e tecidos baseado na liberação do oxigênio ativo presente no Peróxido de Hidrogênio indicado na remoção das manchas. COMPOSIÇÃO: Peróxido de Hidrogênio, Estabilizante e Água. ASPECTOS FÍSICOS-QUÍMICOS: Aspecto: Líquido; Cor: Incolor; Densidade: 1,08 g/mL; pH (puro, 25°C): 3,00; Peróxido de Hidrogênio: 50%; Odor: Característico. Dosagem: Segundo o grau de sujeira, dosar de 3 a 10 mL por quilo de roupa seca. Validade mínima de 18 meses. Registro na Anvisa. Embalagem – BB plástica com 20 lt.	Unid.	10	R\$ 524,59	R\$ 5.245,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

04	Acidulante neutralizador de resíduos alcalinos e de cloro residual em roupas para uso em lavanderias hospitalares, hoteleiras e comerciais. COMPOSIÇÃO: Metabissulfito de Sódio. ASPECTOS FÍSICOS-QUÍMICOS: Aspecto: pó solto; Cor: Branca; Densidade: 1,18 g/cm³; pH (sol. 1%, 25°C): 3,00 – 3,50; Odor: Característico. Dosagem: de 0,5 a 1,5 mL por quilo de roupa seca. Validade mínima de 18 meses. Registro na Anvisa. Embalagem – BB plástica com 20 lt.	Unid.	05	R\$ 370,33	R\$ 1.851,65
05	Amaciante de roupas, perfumado com essência encapsulada, para uso em lavanderias hospitalares, hoteleiras e comerciais. Apresentar maior maciez e perfume resistente às altas temperaturas dos processos de calandragem e passagem das roupas. COMPOSIÇÃO: Cloreto de Cetil Trimetil Amônio, Cloreto de Alquil Trimetiamônio, Essência, Branqueador óptico, Corante, Conservante e Água. ASPECTOS FÍSICOS-QUÍMICOS: Aspecto: Líquido; Cor: Branca; Densidade: 0,950 – 1,050 g/mL; pH (puro, 25°C): 4,50 – 5,00. Validade mínima de 18 meses. Registro na Anvisa. Embalagem – BB plástica com 20 lt.	Unid.	10	R\$ 331,74	R\$ 3.317,40
Total					R\$ 21.145,15

2.2. Valor total da **R\$ 21.145,15 (vinte e um mil, cento e quarenta e cinco reais e quinze centavos)**.

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto constitui etapa fundamental do planejamento da contratação pública, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, que determina a necessidade de considerar todas as fases do bem, desde a aquisição, fornecimento, armazenamento, utilização, manutenção dos equipamentos em comodato e destinação final das embalagens e resíduos gerados.

4.3. Na etapa de planejamento, são identificadas as necessidades da Lavanderia Hospitalar, considerando o volume médio de roupas processadas, a demanda assistencial do Hospital Municipal e as exigências sanitárias vigentes. Realiza-se o levantamento do consumo histórico de insumos, a definição das especificações técnicas dos produtos químicos e do sistema automatizado de dosagem, bem como a estimativa quantitativa para o período contratual. Também são avaliados aspectos orçamentários, ambientais e operacionais, assegurando viabilidade técnica e econômica da contratação.

4.4. A aquisição, compreende a formalização da contratação de empresa especializada para o fornecimento dos produtos químicos específicos, vinculada à disponibilização do sistema automatizado de dosagem em regime de comodato. Nesta fase são observados os requisitos legais, técnicos e sanitários, bem como a comprovação da capacidade técnica da contratada. A aquisição deve garantir insumos adequados à lavanderia hospitalar, compatíveis com os equipamentos disponibilizados.

4.5. Inicialmente, envolve a fabricação e fornecimento dos produtos químicos específicos, observadas as normas técnicas e sanitárias aplicáveis, bem como a disponibilização do sistema automatizado de dosagem, com parametrização adequadas à realidade operacional da Lavanderia Hospitalar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.6. Abrange a entrega dos equipamentos de dosagem automática, sua instalação física nas dependências da lavanderia, calibração, testes operacionais e parametrização técnica conforme o volume de processamento e as características dos produtos fornecidos. Inclui, ainda, a capacitação inicial dos servidores municipais responsáveis pela operação do sistema, assegurando correto manuseio e conformidade com os protocolos estabelecidos.

4.7. A fase de execução contínua do objeto, com utilização dos produtos químicos por meio do sistema automatizado de dosagem. Envolve o monitoramento do consumo, ajustes técnicos quando necessários e a realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos sob responsabilidade da contratada. Inclui também suporte técnico permanente e orientações periódicas aos servidores, garantindo eficiência operacional, padronização e segurança sanitária.

4.8. Ao término da vida útil dos insumos ou do contrato, contempla-se a reposição periódica dos produtos químicos, conforme necessidade operacional. No caso dos equipamentos disponibilizados em comodato, prevê-se sua retirada pela contratada ao final do vínculo contratual, sem incorporação ao patrimônio público. As embalagens e resíduos gerados devem receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, assegurando responsabilidade ambiental e sustentabilidade do processo.

4.9. Por fim, integra o ciclo de vida a destinação ambientalmente adequada das embalagens e eventuais resíduos, que devem receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente, assegurando que não haja incorporação indevida ao patrimônio público e que sejam observadas as normas ambientais e sanitárias vigentes.

4.10. Ao considerar todas as etapas do ciclo de vida, a Administração Municipal garante não apenas o recebimento de um produto de qualidade, mas também sua aplicação, uso e conservação adequados ao longo do tempo. Isso contribui para a preservação dos veículos públicos, melhora as condições de trabalho dos servidores e fortalece a eficiência operacional das atividades desempenhadas pelo Município de Borrazópolis.

4.11. Conclui-se que a análise do ciclo de vida do fornecimento e instalação das películas de controle solar possibilita uma visão integrada e estratégica do objeto, contemplando desde o planejamento e execução até a manutenção e eventual substituição. Essa abordagem assegura durabilidade, eficiência e sustentabilidade, promovendo o uso racional dos recursos públicos e garantindo melhores condições de uso e conservação da frota municipal.

Da garantia de qualidade do objeto

4.12. A garantia da qualidade do objeto será assegurada mediante a exigência de que os produtos químicos fornecidos sejam específicos para uso em lavanderia hospitalar, atendam às normas técnicas e sanitárias vigentes e possuam registro ou regularização junto aos órgãos competentes, quando aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.13. Os insumos deverão apresentar especificações claras quanto à composição, finalidade, modo de uso e parâmetros de segurança, assegurando compatibilidade com o processo de higienização hospitalar.

4.14. A qualidade também será garantida por meio da integração entre os produtos e o sistema automatizado de dosagem disponibilizado em regime de comodato, o qual deverá ser devidamente instalado, calibrado e parametrizado conforme as necessidades operacionais da Lavanderia Hospitalar. A precisão na dosagem contribui para a padronização dos ciclos de lavagem, evitando variações que possam comprometer o resultado final.

4.15. Adicionalmente, a contratada deverá prestar suporte técnico contínuo, realizar manutenções preventivas e corretivas nos equipamentos, promover treinamentos aos servidores e acompanhar o desempenho do processo, efetuando ajustes sempre que necessário.

4.16. A fiscalização contratual pelo Município complementará esse controle, mediante verificação periódica do cumprimento das especificações técnicas, desempenho dos insumos e regularidade do fornecimento, assegurando que o objeto atenda aos padrões de eficiência, segurança e conformidade sanitária exigidos.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.7. Os bens não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.8. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. É vedada a subcontratação do objeto.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será contratado de forma Global, haja vista, a necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a pluralidade de fornecedores certamente implicaria na descontinuidade da padronização, acarretando em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Soma-se a isso, a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo da execução contratual, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da visita técnica:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.1. Fica facultado aos licitantes, até um dia útil antes da sessão de abertura da licitação, o direito de visitar a Lavanderia do Hospital Municipal.

5.2. A visita deverá ocorrer mediante prévio agendamento, pelo e-mail licitacao@borrazopolis.pr.gov.br, a fim de que os interessados possam tomar conhecimento de todas as condições, características e peculiaridades inerentes ao objeto da contratação, ocasião em que serão sanadas as dúvidas porventura existentes.

5.3. A visita será acompanhada por servidor designado para esse fim, em data (dia útil) e horário comercial, previamente acertados.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais:

6.1. A execução contratual deverá observar integralmente as disposições previstas no instrumento convocatório e na Ata de Registro de Preços, garantindo o fornecimento contínuo e regular dos produtos químicos específicos para lavanderia hospitalar, em conformidade com as normas técnicas, sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes.

6.2. A contratada será responsável pelo abastecimento periódico dos insumos, observando prazos, quantidades, validade, identificação de lotes e padrões de qualidade estabelecidos, assegurando rastreabilidade e apresentação das respectivas fichas técnicas e FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) quando exigido.

6.3. Deverá, ainda, disponibilizar, instalar, calibrar e parametrizar o sistema automatizado de dosagem em regime de comodato, garantindo sua plena compatibilidade com os produtos fornecidos e com a capacidade operacional da Lavanderia Hospitalar.

6.4. Compete à contratada realizar manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, sem ônus adicional ao Município, assegurando funcionamento contínuo e adequado desempenho do sistema.

6.5. Em caso de falhas ou inconsistências técnicas, o atendimento deverá ocorrer dentro do prazo estipulado contratualmente, evitando prejuízos à continuidade do serviço. Caso sejam identificadas não conformidades nos produtos ou equipamentos, a substituição deverá ocorrer de forma imediata.

6.6. A empresa deverá indicar responsável técnico habilitado para acompanhamento da execução contratual, prestando suporte técnico contínuo, realizando ajustes de dosagem quando necessários e promovendo capacitação inicial e complementar dos servidores municipais responsáveis pela operação do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.7. Os produtos deverão ser entregues em embalagens adequadas, com orientações claras quanto ao armazenamento e manuseio seguro, cabendo à contratada também orientar quanto à destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos, em observância à legislação aplicável.

6.8. A contratada deverá arcar integralmente com os custos de transporte, carga, descarga e quaisquer outras despesas necessárias à entrega.

6.9. A contratada deverá atender prontamente às solicitações da fiscalização, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados dentro dos prazos estabelecidos pela Administração.

6.10. O descumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto aos prazos de entrega, qualidade dos insumos e atendimento às especificações técnicas, sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas no contrato, no edital e na legislação vigente.

Da garantia

6.11. A contratada deverá assegurar a garantia integral dos produtos químicos fornecidos, comprometendo-se a substituir, no prazo estabelecido pela Administração, quaisquer insumos que apresentem vícios, defeitos, inadequações técnicas ou que estejam em desconformidade com as especificações exigidas, sem ônus adicional ao Município.

6.12. Quanto ao sistema automatizado de dosagem disponibilizado em regime de comodato, a garantia abrangerá seu pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, incluindo instalação adequada, calibração, manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e componentes, bem como suporte técnico contínuo.

6.13. Eventuais falhas ou interrupções deverão ser sanadas em prazo compatível com a natureza essencial do serviço, evitando prejuízos à continuidade das atividades da Lavanderia Hospitalar.

6.14. A garantia também compreenderá a compatibilidade técnica entre os produtos químicos fornecidos e o sistema de dosagem, assegurando a correta parametrização, eficiência operacional e conformidade com as normas sanitárias vigentes.

6.15. O descumprimento das condições de garantia sujeitará a contratada às penalidades previstas contratualmente e na legislação aplicável.

Dos prazos e do local de fornecimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.16. O prazo para o fornecimento dos produtos químicos e para a disponibilização, instalação e parametrização do sistema automatizado de dosagem, em regime de comodato será de no máximo **07 (sete) dias úteis**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.

6.17. É de inteira responsabilidade da contratada, e por sua conta exclusiva, o fornecimento de todos os produtos químicos, equipamentos de dosagem disponibilizados em regime de comodato, peças, componentes, acessórios, ferramentas, materiais auxiliares e quaisquer outros insumos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo instalação, calibração, parametrização, manutenção preventiva e corretiva do sistema automatizado, garantindo o pleno funcionamento da Lavanderia Hospitalar.

6.18. O objeto desta contratação deverá ser executado em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:

a) Hospital Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, n.º 102, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

Das Alterações

6.19. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução da Ata de Registro de Preços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução da Ata de Registro de Preços, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da Ata de Registro de Preços nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata de Registro de Preços para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os fornecimentos serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados da Ata de Registro de Preços e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução da Ata de Registro de Preços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção da Ata de Registro de Preços, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de CONTRATAÇÃO DIRETA, na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – GLOBAL.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração da Ata de Registro de Preços, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
182	05.011.10.301.0428.2.025.3.3.90.30.00.00.	1303
202	05.011.10.302.0428.2.026.3.3.90.30.00.00.	1303

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 27 de fevereiro de 2026.

André Luiz Pereira
Secretário Municipal de Saúde